

Quilombo do Camorim vive a 'escravidão moderna'? A história se repete

É um desafio para as lideranças comunitárias
e para os profissionais da área de Recursos Humanos
fazer o enfrentamento diante dessa realidade social. *Página 3*



Imagem gerada por IA.

Onde havia memórias, ergueram-se muros

Quintais Produtivos na Colônia

Festa Carioca das Sementes é a consagração da agricultura urbana — o cultivo de alimentos nas cidades, como quintais, terrenos vazios e praças. Uma experiência inédita está sendo realizada pelas agricultoras dos Quintais Produtivos da Colônia.

Página 4



V Festa Carioca das Sementes Agroecológicas,
16 de outubro de 2025

Os 400 anos da Igreja São Gonçalo de Amarante no Camorim

Página 9



Foto: Val Costa

Igreja de São Gonçalo de Amarante - Camorim

Rede Oré é pra lutar

É uma rede de mulheres empreendedoras de Jacarepaguá que tem por objetivo reunir artesãs e criar oportunidades reais de negócios.

Página 6



Foto: Facebook Plantas do Quintal

A feira organizada pela Rede Oré fica na Praça Mac Gregor, rotatória das ruas Araguaia e Geminiano Gois, na Freguesia

História da Região

- Região Sudoeste, não! Casa de Cultura de Jacarepaguá quer mudança do nome
- Jacarepaguá explosiva por causa da histórica grilagem de terra

Páginas 5 e 10

Brasil de fato & O Mundo

Desvendando o autismo - *Página 2* Senhores da Guerra na Otan - *Página 7*



Bianca Lopes
Estagiária sob
supervisão da
jornalista Juçara Braga

Desvendando o autismo

Diagnóstico precoce é fundamental

O autismo, denominado Transtorno do Espectro Autista (TEA), não tem uma causa específica, ocorre devido a uma combinação de fatores genéticos e ambientais, como informa o psiquiatra Pedro Teixeira, para quem o diagnóstico precoce é um dos grandes objetivos hoje.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais relaciona três níveis de autismo de acordo com os quais se avalia o grau de necessidade de apoio da pessoa, considerando suas dificuldades comportamentais e de comunicação social.

O tratamento é realizado por uma equipe multidisciplinar que envolve psicoterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, entre outras especialidades. Algumas medicações podem ajudar a controlar eventuais sintomas, tais como agitação e irritabilidade.

O autismo não é uma doença

O psiquiatra Pedro Teixeira esclarece que o autismo não é uma doença, portanto, o tratamento não objetiva a cura. Trata-se de um transtorno do desenvolvimento, uma condição que se manifesta nos primeiros anos de vida, período em que deve ser iniciado o tratamento.

Ocorre que muitas pessoas não são avaliadas ou diagnosticadas na infância, geralmente por falta de informação, e acabam se tratando somente quando adultas.

Cordão com girassóis identifica pessoas com deficiências não aparentes



A contribuição da psicologia

A psicóloga Michelle Oliveira explica que o Transtorno do Espectro Autista exige a criação de planos individualizados para trabalhar as necessidades específicas de cada paciente. Aqueles com grau mais severo (nível três), por exemplo, podem ter também uma deficiência intelectual.

O mais importante é descobrir o que esse paciente pode fazer, quais suas maiores dificuldades, pontua Michelle, observando que a maior colaboração da psicologia é o apoio a sua socialização.

A psicóloga Juliana Gonçalves destaca a importância das entrevistas com o paciente e seus familiares para identificar os aspectos do transtorno que afetam sua qual

idade de vida. Indivíduos que sofrem com as relações sociais precisam de uma intervenção voltada para as habilidades sociais. Outros com baixa tolerância a frustrações precisam de terapia cognitiva, comportamental e da técnica conhecida como *mindfulness* voltada para manter o foco no momento presente.

Cordão com quebra-cabeças simboliza a diversidade e as dificuldades de compreensão enfrentadas por portadores de TEA



O papel da fonoaudiologia



Para a fonoaudióloga e musicoterapeuta Luciana Freitas a comunicação social é fundamental para trabalhar a articulação da fala, usando sistemas com figuras, aplicativos e dispositivos eletrônicos. O objetivo é desenvolver uma linguagem funcional de modo que o autista possa se expressar, interagir, enfim, integrar-se à vida social.

Símbolo do infinito representa a neurodiversidade, identificando portadores de TEA, TDAH e outros

Famílias precisam conhecer os direitos dos autistas

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2,4 milhões de brasileiros são portadores do Transtorno do Espectro Autista e o conhecimento é fundamental para derrubar o estigma e promover a inclusão das pessoas nessa condição.

A assistente social Conceição Rangel destaca a



O quarto de um TEA costuma ser o seu abrigo mais seguro

importância de conscientizar os portadores de autismo sobre seus direitos, tais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pois muitos enfrentam importantes dificuldades financeiras.

Para solicitar o benefício é necessário estar vinculado ao Cadastro Único e passar por avaliação do INSS. Além disso, a Lei Romeo Mion, de 2020, garante direito a diagnóstico e tratamento pelo SUS, acesso à educação e à emissão de carteira de identificação.

É preciso sensibilizar a sociedade

Para Fabiane Ribeiro, mãe de uma criança autista, além da questão financeira, o maior desafio é sensibilizar a sociedade para que haja um olhar mais acolhedor para as pessoas portadoras de autismo de modo a gerar, além de inclusão, um atendimento mais assertivo no Sistema Público de Saúde.

O filho de Fabiane passou por quatro neurologistas até ter o diagnóstico aos dois anos de idade. A criança, hoje com quatro anos, é autista nível 1 e, segundo Fabiane, é um excelente aluno.

Fabiane afirma, entretanto, que as clínicas por onde passou com o filho falham no tratamento, pois a criança é vista como um número, com pouca empatia. Ela avalia que é necessário melhorar as terapias, aumentar a carga horária e o número de profissionais para esse atendimento.

Para Mariana Lessa, também mãe de uma criança autista, os desafios da família atípica englobam o atendimento à saúde, o acesso a terapias complementares, a inclusão escolar e o preconceito (capacitismo).

Mariana afirma que, seja pelo SUS ou pelos planos de saúde privados, há muitas dificuldades em se iniciar e manter os acompanhamentos integrados necessários para a estimulação de pessoas do espectro autista.

A rede pública de ensino, segundo Mariana, é a que melhor acolhe crianças e jovens autistas, embora haja poucos profissionais habilitados para lidar com a questão. Falta suporte físico, emocional e material nas escolas, bem como capacitação de professores e profissionais para Atendimento Educacional Amplo.

Autistas têm potencialidades, mas, não raro, são vistos como incapazes ou como gênios. Não há pessoas iguais, cada pessoa com TEA é diferente e deve ser respeitada como ser humano singular. As famílias atípicas sofrem até alcançar o diagnóstico e precisam empreender uma luta diária para assegurar o atendimento terapêutico necessário.

A sociedade brasileira precisa avançar no respeito, no acolhimento e na inclusão das famílias atípicas e das pessoas com TEA.

EXPEDIENTE



JAAJ é uma publicação da Rede Popular de Comunicação (RPC) e da IPL Clipping - CNPJ 31.555.759/0001-64. Críticas, sugestões e reclamações: jornalabaixoassinado@yahoo.com.br Tel (21) 97143-4821 Distribuição gratuita pelos bairros e comunidades da Baixada de Jacarepaguá

**As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores.

**Todo material enviado ao E-mail, Site e Facebook do jornal é autorizado automaticamente para a divulgação e também não é gratificado.

Conselho Editorial: Aguinaldo Martins, Almir raci Soares, Marcus Aguiar, Pablo das Oliveiras, Paulo, Anna Karolina, Carla Scott, Cláudio Mattos, Renato Cosentino, Renato Dória, Roberto Senna (Cabral) (Em Memória), Severino Honorato, Sílvia da Costa, Val Costa, Valmíria Guida, Vaneide Carmo, Vanessa Guida e Wladimir Loureiro.

Coordenação Geral: Almir Paulo, Maraci Soares, Sílvia Costa e Val Costa.

Diagramação e Arte: Jane Fonseca.

Gestora de Redes Sociais: Sílvia da Costa.

Revisão: Vânia Santiago.

Peça gratuitamente um exemplar do JAAJ ao seu jornaleiro

• Naldo da Banca
Estrada do Tindiba, em frente ao nº 2.331- Taquara



Jornaleiro Naldo



Isabor Dória - Analista de Recursos Humanos e Consultora de RH

Quilombo do Camorim

Quando a história se repete: *o papel do RH diante das novas formas de escravidão*

Em uma das pesquisas acadêmicas que participei recentemente, vivenciei algo que ultrapassou os limites da teoria e da análise científica. Enquanto estudávamos o processo de certificação do Quilombo do Camorim, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, descobrimos que parte do território, um espaço de valor histórico e simbólico, havia sido tomada pela especulação imobiliária durante o período das Olimpíadas.

Naquele local, onde séculos atrás existia um cemitério de pessoas escravizadas, ergueram-se prédios modernos, frutos de uma urbanização acelerada e pouco sensível às memórias que o solo guardava. O que mais nos impactou, no entanto, foi constatar que, no mesmo ano dessas construções, em 2016, denúncias apontaram trabalhadores atuando em condições análogas à escravidão nos canteiros de obras da região.

Como profissional de Recursos Humanos, essa descoberta me atravessou profundamente. É impossível não fazer um paralelo entre o passado e o presente, entre os que foram escravizados e os que, de outra forma, ainda são explorados sob novas roupagens. Muda o tempo, muda o uniforme, mas, em muitos casos, a lógica de desumanização permanece a mesma.

A pesquisa acadêmica revelou um dado histórico; mas, como ser humano e profissional de RH, o que ficou em mim foi uma inquietação: como é possível que, tantos anos depois, ainda tenhamos pessoas trabalhando em condições que negam sua dignidade?

Quando o trabalho deixa de ser instrumento de vida e passa a ser espaço de sofrimento, algo se perde, não apenas na economia, mas na nossa própria humanidade.

E é justamente por isso que o papel do RH vai muito além da gestão de processos e números. Nos cabe



Imagem gerada por IA.

Onde havia memórias, ergueram-se muros

lembrar, todos os dias, que por trás de cada função existe uma vida, uma história e um território de pertencimento.

Preservar o valor humano é também uma forma de reparar o passado. E talvez o maior desafio da gestão de pessoas hoje seja este: não permitir que o que aconteceu naquele solo sagrado do Camorim continue acontecendo, sob outras formas, dentro e fora das organizações.

A chamada “escravidão moderna” é resultado de uma transformação social que começou ainda nos anos 1990, quando a política de bem-estar social cedeu espaço ao avanço do neoliberalismo.

Desde então, a lógica da competitividade e da redução de custos vem enfraquecendo as relações de trabalho, desvalorizando a mão de obra e tornando salários cada vez menos compatíveis com a dignidade humana.

Mas é preciso ir além da crítica às grandes corporações. Há também um impacto profundo sobre as pequenas e médias empresas, que muitas vezes se veem seduzidas por uma ideia forjada de liberdade econômica, uma promessa de autonomia e prosperidade que, na prática,

não se concretiza.

Enquanto as multinacionais acumulam lucros recordes, amparadas por incentivos fiscais e políticas de mercado concentradoras, o pequeno empreendedor luta para sobreviver. Ele se endivida, se desdobra e, paradoxalmente, acaba reproduzindo a mesma lógica de exploração da qual também é vítima.

É um ciclo cruel: o sistema faz com que todos se sintam livres, quando na verdade estão apenas cumprindo papéis

diferentes dentro de uma estrutura que mantém o poder nas mesmas mãos.

As pequenas empresas são soterradas por leis fiscais elitistas, por uma competitividade desleal e por um Estado que se ausenta de sua responsabilidade social.

E assim, em um país que ainda pisa sobre um solo marcado pela escravidão, vemos repetir-se o mesmo enredo: poucos concentram riquezas, enquanto muitos sustentam o sistema com o próprio suor. A diferença é que, agora, a senzala é disfarçada de empreendedorismo e a corrente é feita de boletos, juros e jornadas sem fim.

Essa nova forma de escravidão não acorrenta corpos, mas aprisiona pessoas na necessidade, no medo e na falta de oportunidades reais. E é nesse ponto que o passado se revela assustadoramente presente.

Talvez a maior provocação que essa pesquisa me deixou seja esta: Será que realmente superamos a escravidão ou apenas aprendemos a disfarçá-la melhor?

▶ EDITORIAL

Olho no olho entre Lula e Trump

A instabilidade política no Brasil cresce assustadoramente. O comportamento da extrema direita buscando inviabilizar o governo Lula no Congresso Nacional é gritante – como no caso da derrubada da taxa dos super ricos. E, ao mesmo tempo, trazendo sérios riscos ao país ao articular com o governo Trump ações políticas contrárias aos interesses do povo brasileiro. Exemplo disso é a taxa de 50% das exportações brasileiras.

São indícios concretos de instabilidade política, riscos econômicos e pressões externas no caso do Brasil atualmente. Os impactos principais já se percebem.

Os exportadores de produtos que vendem para os EUA estão sob risco imediato: redução de demanda, adiamento de investimentos, paralisação de pequenas empresas. Pressão sobre emprego nos estados mais exportadores – estudos feitos pelo governo fala de “fe-

chamento de empresas, demissões, perda de renda”. Estimativas sugerem que o impacto poderia levar a uma retração de até ~1,49% do PIB brasileiro ou até mais, dependendo do cenário. Setores como mármore/ granito, exportação de pedras naturais, estão relatando fortes impactos – “cerca de 100 pequenas empresas praticamente paralisadas”.

Para aliviar a pressão, governo federal já anunciou linha de crédito de ~R\$ 30 bilhões para mitigar os efeitos. Aguardamos a conversa olho no olho de Lula e Trump. A família Bolsonaro perdeu, bem como os bolsonaristas e aliados no parlamento e nos governos estaduais.

Assim, apoiamos o discurso do governo Lula em torno de proteção da economia brasileira e soberania nacional. Ceder jamais. Viva o povo brasileiro!

Outubro
Rosa

um
toque
que pode
mudar
sua vida



Silvia da Costa
Texto e foto
Agente de
Transformação Social

Quintais Produtivos da Colônia

Agricultura urbana, agroecologia e a soberania das sementes

A agricultura urbana — o cultivo de alimentos nas cidades, como quintais, terrenos vazios e praças — é uma realidade crescente no Brasil e dialoga com a agroecologia. Essa conexão é fundamental para a população, pois garante o acesso a alimentos frescos, de qualidade e livres de agrotóxicos, consolidando a soberania e a segurança alimentar e nutricional. Como catalisadores de tecnologias sociais, a agricultura urbana e a agroecologia promovem a sociobiodiversidade nas cidades e abordam questões sociais profundas, incluindo a valorização de povos tradicionais, a gestão sustentável dos recursos hídricos e a equidade de gênero.

Nesse panorama, a semente emerge como protagonista. A qualidade do alimento está intrinsecamente ligada à sua origem. As sementes ancestrais e crioulas, livres de defensivos químicos, são a base da agrobiodiversidade e da saúde de quem planta e consome. Elas não estão sob o controle de grandes corporações; ao contrário, são preser-



V Festa Carioca das Sementes Agroecológicas,
16 de outubro de 2025

vadas por um saber transmitido por gerações de guardiões e guardiãs de sementes. A autonomia sobre esses recursos é a própria essência da soberania e segurança alimentar.

Diante da dificuldade em adquirir sementes no mercado, agricultoras dos Quintais Produtivos da Colônia (bairro

Taquara) desenvolveram em suas casas técnicas de preservação. Da necessidade de sistematização dessa tecnologia, nasceu a Casa Mãe de Sementes, localizada no Horto Escola da Fiocruz Mata Atlântica. Um centro de referência que articula a concepção de plantio, a produção de mudas e o cuidado com sementes de agricultura urbana e agroecologia, integrando ainda a pesquisa com espécies nativas da Mata Atlântica.

O ponto alto desse trabalho é a Festa da Semente, um momento de troca de sementes e circulação de conhecimentos, fortalecendo os laços comunitários e a rede institucional. O intercâmbio garante que as sementes crioulas cheguem a novos territórios, promovendo a diversidade e a saúde dos cultivos locais. O evento realizado no dia 16 de outubro de 2025, no Horto Escola, marcou a conclusão dos ciclos formativos promovidos pelas parcerias da AS-P-TA, Embrapa AgroBiologia, Fiocruz Mata Atlântica e Rede Carioca de Agricultura Urbana. Sua realização contínua, seja no Rio de Janeiro ou em outros municípios como Nova Iguaçu, consolida o estado como um polo estratégico para a agricultura urbana.



Felipe Lucena
Jornalista e roteirista

Dia de terror em Jacarepaguá

O último dia 16 de outubro confirmou que não vivemos tempos tranquilos em relação à segurança pública em Jacarepaguá. O problema que se estende e preocupa a todos teve nessa data uma junção de acontecimentos assustadores.

Por volta das 17h30 deste dia, intensos tiroteios entre traficantes e policiais militares assombraram moradores das comunidades do Tirol e Cidade de Deus.

Ao todo, seis ônibus foram sequestrados e usados para bloquear vias. Barricadas em chamas também ocupavam as ruas internas das comunidades. Unidades de saúde e escolas tiveram as atividades impactadas.

A Secretaria Municipal de Saúde informou que o tiroteio foi em frente à Unidade de Pronto Atendimento da Cidade de Deus, que gerou pânico nas pessoas que estavam próximas e correram para se abrigar dentro da UPA.

A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro informou que uma escola estadual precisou ser fechada na região.

De acordo com o Centro de Operações do Rio, o trânsito teve retenções na Rua Tirol, na Freguesia, com reflexos na Estrada do Gabinal, sentido Estrada dos Três Rios.

Somente por volta das 20h, o tráfego passou a apresentar alguma boa movimentação em vias da região, como nas ruas Edgard Werneck e Tirol e nas estradas do



Um dos ônibus usados como barricada em Jacarepaguá

Gabinal e dos Bandeirantes.

Foram 15 linhas de ônibus que tiveram que mudar o itinerário ou interromper viagens.

"Eu demorei mais de duas horas para chegar em casa. Em um trajeto que faço todos os dias em 15, 20 minutos. Estava um caos", disse Raíssa Freitas, moradora da Freguesia.

Não muito longe da Cidade de Deus, um policial militar, identificado como Adelmo da Silva Guerini Fernandes, foi executado, também no dia 16, na comunidade da Asa Branca, em Curicica. Informações iniciais dão conta de que criminosos da região efetuaram os disparos.

Segundo a Polícia Militar, uma equipe do 18º BPM (Jacarepaguá) recebeu chamado para checar uma morte. Ao chegarem ao local, constataram que o PM, lotado no 21º BPM (São João de Meriti), já estava sem vida.

Além dele, um homem conhecido como Bilo também foi baleado no mesmo local e hora. Ele chegou a ir

para o hospital, mas não resistiu e morreu.

No fatídico dia 16/10, moradores da Gardênia também relataram ouvir tiros na comunidade. Um deles, que preferiu não ter o nome citado, falou com a reportagem do Jornal Abaixo Assinado em tom de desabafo.

"Não aguentamos mais. Nosso bairro era conhecido por ser tranquilo. Agora é tiro, roubo e outros crimes toda hora. Isso precisa ser resolvido. Está insuportável", disse.

No dia anterior, o Governo anunciou plano de segurança para a região

O governo do Estado do Rio de Janeiro informou que entregou ao Supremo Tribunal Federal (STF), na quarta-feira (15/10), parte do plano de ação determinado pela ADPF 635, conhecida como ADPF das Favelas.

No documento, está registrado que se iniciará um trabalho de retomada dos territórios dominados por criminosos na região da Grande Jacarepaguá.

Sudoeste, não!

Tem que ser Baixada de Jacarepaguá

A Casa de Cultura de Jacarepaguá encaminhou uma petição à Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro solicitando o reconhecimento oficial da denominação "Baixada de Jacarepaguá" para a região. No documento, a instituição se diz contrária ao nome Sudoeste e requer a realização de uma audiência

pública com a participação de representantes da sociedade civil, instituições culturais e órgãos técnicos ligados ao urbanismo, com o objetivo de debater a pertinência e os impactos da adoção do nome.

Leia na íntegra o documento.

À
Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Comissão de Assuntos Urbanos
Exmo. Sr. Vereador Pedro Duarte – Presidente Comissão de Assuntos Urbanos
Assunto: Pedido de alteração da denominação da "Região Sudoeste" para "Baixada de Jacarepaguá"

Senhor Presidente,

Nós, representantes do Polo Cultural e Criativo de Jacarepaguá, coletivo formado por instituições culturais, artistas, ativistas e moradores da região, vimos por meio desta manifestar nossa posição quanto à recente criação da chamada "Região Sudoeste" no âmbito da nova divisão territorial da cidade do Rio de Janeiro.

Fundamentação histórica e geográfica

1. Uso histórico consolidado – Desde os registros coloniais, a área hoje composta pelos bairros de Jacarepaguá e adjacências sempre foi designada como "Baixada de Jacarepaguá", denominação presente em obras acadêmicas, mapas oficiais e na memória oral da população.

2. Coerência geográfica – A região constitui uma planície costeira/lagunar situada entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca, estendendo-se até o Atlântico. A palavra "Baixada" descreve com precisão essa configuração geomorfológica. A expressão "Sudoeste" é genérica e não traduz as características físicas que moldaram a ocupação e a identidade cultural do território.

3. Identidade cultural e comunitária – O termo "Baixada de Jacarepaguá" não é apenas uma referência geográfica: ele constitui a chave identitária de dezenas de bairros que compõem este território – Taquara, Tanque, Praça Seca, Colônia Juliano Moreira, Anil, Freguesia, Pechincha, entre outros. Todos se reconhecem como per-

tencentes a Jacarepaguá e, historicamente, sempre se autodenominaram como parte da Baixada de Jacarepaguá.

A criação administrativa de um bairro único chamado "Jacarepaguá" acabou, paradoxalmente, excluindo os demais bairros do uso formal dessa designação, ainda que todos compartilhem a mesma origem e identidade.

É justamente por isso que empreendimentos, coletivos e instituições de diferentes bairros se apresentam sob a referência "Jacarepaguá" ou "JPA", como é o caso da Casa de Cultura de Jacarepaguá, localizada na Taquara, ou do próprio Corredor Cultural e Turístico de Jacarepaguá, declarado por lei como Área de Especial Interesse Cultural.

Portanto, ao adotar oficialmente a expressão "Baixada de Jacarepaguá", o poder público restaura essa identidade compartilhada, reinserindo todos os bairros no mesmo contexto histórico e cultural, e fortalece o sentimento de pertencimento que a designação genérica "Sudoeste" não é capaz de transmitir.

4. Clareza para gestão e comunicação – A denominação "Baixada de Jacarepaguá" garante maior precisão e coerência na formulação de políticas públicas e na comunicação institucional. Ao invés de uma expressão genérica como "Sudoeste", o termo dialoga diretamente com a realidade física (planície costeira e lagunar entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca), com as demandas de gestão urbana (drenagem, saneamento, mobilidade) e com a identidade social dos moradores.

No campo urbanístico e ambiental, a palavra "baixada" traduz as especificidades do território, marcado por áreas alagadiças, rios e lagoas, permitindo maior clareza em projetos de infraestrutura e preservação.

No campo cultural e turístico, "Baixada de Jacarepaguá" já está consolidada em iniciativas de reconhecimento oficial, como o Corredor Cultural e Turístico de Jacarepaguá, em roteiros de turismo comunitário e em instituições que se apresentam sob essa identidade.

Do ponto de vista da comunicação com a população, a expressão "Baixada de Jacarepaguá" gera imediata identificação, reforça o sentimento de pertencimento e evita confusões. "Sudoeste" não desperta esse reconhecimento, dilui a história do território e fragiliza o elo entre a gestão pública e a comunidade.

Pedido

Diante do exposto, requeremos que esta Comissão de Assuntos Urbanos avalie a alteração da denominação "Região Sudoeste" para "Baixada de Jacarepaguá", por ser este o nome historicamente reconhecido, geograficamente adequado e identitariamente representativo do território.

Solicitamos ainda, se necessário, a realização de audiência pública com a participação da comunidade local, instituições culturais e órgãos técnicos relacionados ao Urbanismo, para debater o tema de forma democrática e transparente.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência, reiteamos nosso compromisso com a preservação da identidade e da memória da cidade do Rio de Janeiro.

Respeitosamente,

Polo Cultural e Criativo de Jacarepaguá

Nova região Sudoeste

Abrange os seguintes bairros:

Anil, Barra da Tijuca, Barra Olímpica, Camorim, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia (Jacarepaguá), Gardênia Azul, Grumari, Itanhangá, Jacarepaguá, Joá, Pechincha, Praça Seca, Recreio dos Bandeirantes, Tanque, Taquara, Vargem Grande, Vargem Pequena e Vila Valqueire.^[2]

A Zona Sudoeste corresponde à Área de Planejamento 4 - AP4 (Barra da Tijuca e Jacarepaguá), e nela existem 2 Regiões Administrativas:

1. RA XXIV – Região Barra da Tijuca

Abrange os bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Joá, Itanhangá, Barra Olímpica, Vargem Grande, Vargem Pequena, Grumari e Camorim.

2. RA XVII – Região Jacarepaguá

Engloba os bairros da Freguesia, Pechincha, Tanque, Anil, Curicica, Taquara, Cidade de Deus, Gardênia Azul, entre outros.



Mapa da Zona Sudoeste do Rio de Janeiro
Foto: Reprodução (GE)

Ser Amigo do PVNC é uma maneira de exercer a cidadania contribuindo para mudar a vida de várias famílias, nos ajudando a combater a desigualdade social de forma efetiva.

PVNC
PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES

SEJA AMIGO DO PVNC

Contribuindo mensalmente com R\$20,00 (vinte reais), você fará parte da transformação na vida desses jovens.

DOE R\$20,00

QR CODE

Doar por PIX

ANUNCIE NO JAAJ
(21) 97246-2213

jornalabaixoassinado@yahoo.com.br





***Por Núbia Corrêa**

Uma rede de mulheres empreendedoras de Jacarepaguá que tem por objetivo reunir artesãs e criar oportunidades reais de negócios, tanto para o crescimento profissional como pessoal, com relacionamento direto com os clientes.

A ideia da Rede Oré surgiu no final de 2019, mas, por conta da pandemia, foi deixada em segundo plano. No final de 2023, resgatamos a ideia e partimos para a execução!

Em março de 2024, o projeto virou realidade!

De lá pra cá conseguimos não apenas aumentar nossa rede de contatos, como demos oportunidade para a “mulherada” mostrar o seu valor.

A isso soma-se o “social que habita

Rede Oré Quem somos

em nós”, que permitiu que organizássemos eventos como a vacinação de idosos, coleta de “lixo eletrônico, festa do Dia das Crianças, Natal, entre outros, que trouxeram vida a uma praça que antes estava abandonada.

É sabido que a ocupação do espaço público impulsiona a segurança pública, mas ativa também o senso de pertencimento na comunidade.

Por conta da Consulta Prévia de Eventos (CPE) ter que ser semanal, por vezes temos dificuldades em obter o alvará transitório a tempo, para que a feira aconteça, e por essa razão já tivemos que cancelá-la. Isso impacta diretamente as mulheres que empreendem, pois várias produzem durante a semana para vender no sábado, e quando não conseguimos o

alvará, a produção/gasto/tempo é em vão.

Muitas, assim como eu, dependem da feira para garantir “o pão nosso de cada dia”, e quando ela não acontece, a situação fica complicada.

Por isso estamos pleiteando a publicação de um decreto para tornar a nossa Rede “Patrimônio Social e Cultural Imaterial de Jacarepaguá”, o que nos dará mais segurança e a garantia de que efetivamen-



Foto: Facebook Plantas do Quintal

A feira organizada pela Rede Oré fica na Praça Mac Gregor, rotatória das ruas Araguaia e Geminiano Gois, na Freguesia

te a feira irá ocorrer todos os sábados.

Desde já agradeço o apoio de todas e todos nessa empreitada.

***Gestora ambiental e da Rede Oré**

Segue o link do nosso abaixo assinado

para Rede ser “Patrimônio Social e Cultural Imaterial de Jacarepaguá

https://www.change.org/p/rede-or%C3%A9-patrim%C3%B4nio-social-e-cultural-imaterial-dejacarepagu%C3%A1?recruiter=974055553&recruited_by_id=b1df2640-9302-11e9-987ecb9f51d038ce&utm_source=share_petition&utm_campaign=petition_dashboard_share_modal&utm_medium=whatsapp

Retificação da Convocação da Assembleia Geral do Instituto Beija Flor Brasil



Retificamos que a Assembleia Geral do Instituto Beija Flor Brasil será realizada no dia 15 de novembro de 2025, às 8h30 (1ª convocação), em formato híbrido: presencial na sede (Rua Luciano Gallet, 191 – Vargem Grande) e via Google Meet.

Pauta

Prestação de Contas 2025
Mensalidades
Eleição de diretoria e conselhos
Regimento Interno
Nome fantasia
Comunicação
Quadro de associados
Assuntos gerais

Para receber o link de acesso, solicite por e-mail: financeiroijb@gmail.com ou pelo WhatsApp: (21) 97606-5030. Instituto Beija Flor Brasil • Jardim de Cultura João de Barro

Lançamento do Livro “Jacarepaguá: Um Sertão de Memórias”



Lançamento do Livro “Jacarepaguá: Um Sertão de Memórias”, um livro inédito sobre a história da região que conta com a colaboração de mais de 20 autores: jornalistas, historiadores, geógrafos, pesquisadores e instituições culturais.

O livro uma obra inédita que resgata e celebra a trajetória da Baixada de Jacarepaguá como patrimônio histórico, cultural e afetivo da cidade do Rio de Janeiro.

Mais do que um livro, trata-se de um marco para o território, uma afirmação identitária e coletiva, fruto de um processo construído com muitos saberes e vozes.

Dia 01 de novembro de 2025 (sábado) - 16h
Casa de Cultura de Jacarepaguá

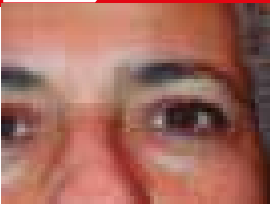
Lançamento do livro Contra a corrente

***Por José Luiz Amálio da Silva (Zé da Lata)**

O intelectual e militante comunista Sérgio Granja, nos 25 artigos de seu livro *Contra a corrente*, aprofunda diversas questões teóricas e práticas atualíssimas, e para tanto, compõe um amplo painel com diversos pensadores comunistas, mas não só. Um livro instigante, em que o autor não se furta a opinar sobre assuntos que estão na ordem do dia.

Diria que se trata de uma obra que chama você à discussão política e ao agir, vale dizer, àquilo que mais se faz necessário nesses tempos sombrios de algoritmos e barbárie crescentes que o capitalismo nos apresenta em sua fase decadente.

Para adquirir o livro acesse a Editora 7 Letras
www.7letras.com.br



Observatório Popular

Juçara Braga
Jornalista

Homens engravatados, aboletados em cadeiras almofadadas, cercados por serviçais e.... segurança. Muita SEGURANÇA. Este é o perfil dos Senhores da Guerra reunidos na OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

São eles que decidem o destino de bilhões de pessoas ao redor do mundo. Eles decidem quem deve matar, quem deve morrer, quem deve guerrear. É claro que nenhum desses senhores, que escarram crueldade, vai para a linha de frente. Não, é claro que não. Para a linha de frente vão os jovens que não têm escolha.

É claro que esses senhores, suas famílias, seus amigos, seus sócios na indústria armamentista, não estão entre os civis mortos e feridos nas áreas de conflito. Eles fazem a guerra, mas não sofrem as consequências da guerra.

Reunidos em junho deste ano, chefes dos 32 países que compõem a OTAN concordaram em aumentar seus gastos em defesa para 5% do PIB (Produto Interno Bruto) até 2035. A indústria armamentista quase se afoga numa piscina de champagne para comemorar.

Isto, segundo o secretário-geral da OTAN, Mark Rutte,



O bizarro teatro da OTAN

possibilitará um aumento de 30% na capacidade militar da Organização, quintuplicando as defesas aéreas e adicionando milhares de tanques a seus arsenais.

O discurso armamentista nem se disfarça. É direto.

A OTAN reúne 32 países e se auto define como “uma

aliança militar internacional criada em 1949 com o objetivo de garantir a segurança e a defesa coletiva dos seus países membros”. Ou seja, trata-se de uma entidade destinada a promover guerras. Sem esse propósito, a OTAN não teria razão de existir.



“O futuro da vida como a conhecemos está sendo determinado por tudo o que estamos fazendo - e não fazendo agora” (Oprah Winfrey).

Almir Paulo

Fico me perguntando como que as elites brasileiras mantêm seu poder. Olho para o Congresso Nacional tenho o primeiro sinal desse poderio e privilégios. Agora derrubaram a taxa dos mais ricos. O esse é o pior Congresso da história brasileira que é influenciado pelas bancadas da Bíblia, do boi e da bala. Agora surgiu uma nova bancada das casas de apostas.

Como as elites brasileiras mantêm seu poder?

O poder das elites no Brasil é sustentado por um sistema histórico de concentração de renda, terra, influência política e controle da mídia. Alguns dos principais mecanismos:

- Lobby no Congresso: Bancadas que representam interesses específicos (agronegócio, evangélicos, segurança, e agora apostas) muitas vezes operam em sintonia com grandes grupos econômicos.

- Financiamento de campanhas: Mesmo com restrições ao financiamento privado, empresas e indivíduos influentes ainda conseguem apoiar candidatos “amigos” por meio de doações indiretas, apoio logístico e influência midiática.

- Mídia tradicional e redes sociais: Parte da mídia tradicional é controlada ou alinhada com elites econômicas, moldando narrativas que reforçam seus interesses. As redes sociais também são usadas estrategicamente para manipular o debate público.

- Sistema tributário regressivo: No Brasil, os pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os ricos, pois a carga é fortemente baseada em consumo, e não em renda ou patrimônio.

- Judiciário e impunidade seletiva: Embora haja avanços em alguns casos, a justiça brasileira ainda funciona com forte viés de classe, favorecendo quem tem recursos para se defender com bons advogados e articulação política.

Como as elites brasileiras mantêm seu poder?



Congresso Nacional. Senado Federal.

Congresso Nacional e o privilégio institucionalizado

O Congresso Brasileiro atual tem se mostrado extremamente resistente a reformas progressistas e muito eficaz em defender interesses de grupos poderosos. Um exemplo claro foi a derrubada da proposta de taxar os super-ricos, contrariando uma tendência mundial de tentar tornar o sistema mais justo após a pandemia.

Além disso, aprova projetos que beneficiam grandes conglomerados; atua contra pautas de redistribuição de renda; e defende subsídios bilionários a setores específicos.

As bancadas de deputados da Bíblia, do Boi, da Bala — e agora das Apostas

Essas bancadas são chamadas de “bancadas informais”, mas exercem enorme influência:

- Bíblia (evangélica): Cresceu muito nos últimos anos. Atua fortemente em pautas morais e de costumes, mas também busca proteger grandes igrejas de tributações e ampliar sua influência na educação, mídia e política.

- Boi (agronegócio): Defende interesses de grandes produtores rurais, incluindo a flexibilização de regras ambientais, regularização fundiária e resistência à reforma agrária.

- Bala (segurança): Ligada a militares, policiais e de-

fensores do armamento civil. Atua para flexibilizar regras de porte de armas e endurecer políticas penais.

- Casas de Apostas: Uma bancada mais recente, que surge com o lobby das empresas de apostas esportivas, que movimentam bilhões. Já há indícios de atuação para influenciar regulamentações favoráveis ao setor.

Esse é o pior Congresso da história?

Em termos de compromisso com justiça social, combate às desigualdades e visão de longo prazo, muitos analistas consideram este um dos piores — ou pelo menos um dos mais retrógrados desde a redemocratização.

Alguns fatores que agravam esse cenário: baixa renovação qualitativa; grande influência de interesses econômicos específicos; pautas conservadoras que atrasam debates sociais importantes; e total desconexão com a realidade das maiorias populares.

Minha inquietação é mais do que justificada

O sistema político brasileiro, como está, favorece a manutenção do status quo e a perpetuação das desigualdades. A mudança não virá apenas por dentro do Congresso, mas por pressão popular, organização social e engajamento político mais amplo.

**Cíntia Travassos**
Produtora

Arthur Torres:

um artista nato e militante da saúde pública

Arthur Torres nasceu em Porto Velho, Rondônia, e cresceu em Curicica, Jacarepaguá, onde mora até hoje. Quando era criança, gostava de desenhar e cantar, e era sempre muito criativo e brincalhão, mas foi na adolescência que conheceu o teatro, indo levar sua irmã no balé. A partir dali, se envolveu com o mundo das artes e a produção cultural.

Torres é fundador, idealizador e coordenador de produção e projetos da Sociedade Agroecológica de Cultura e Inclusão – Saci, pesquisador, educador popular com ênfase em práticas coletivas em saúde e práticas de convivências nos territórios pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz, e graduado em gestão pública, arteterapeuta, produtor, artista e palhaço.

Atualmente, trabalha no Programa de Desenvolvimento do Campus da Fiocruz Mata Atlântica atuando na promoção comunitária e promoção da qualidade de vida. Trabalhou, também, como articulador territorial no Centro de Convivência e



Foto: Aline Torres

Arthur com as crianças do Clubinho da Mata na Fiocruz Mata Atlântica, na oficina do Projeto Saci Cadê o Rio que Estava Aqui

Cultura Pedra Branca/Museu Bispo do Rosário, no território da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá.

Desde 2022 até hoje, participa do desenvolvimento de ações com grupos em vulnerabilidade social, fomentando a criação e manutenção de redes intersectoriais entre Saúde, Educação, Assistência Social e Cultura no município, e integra a Comissão

de Saúde Indígena em Contexto Urbano na AP 4.0, como articulador e pesquisador, ligado ao Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira.

Torres também é integrante da terceira turma da Rede de Defensores dos Direitos Humanos e Promoção da Saúde do RJ, na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Em produção cultural, tem mais de 12 anos

**Fundador, idealizador e coordenador de produção e projetos da Sociedade Agroecológica de Cultura e Inclusão - Saci Arthur Torres**

de atuação na Zona Oeste, tendo trabalhado ativamente para a promoção da arte, cultura, educação, saúde e lazer.

Arthur Torres cultiva um sonho de vida que é acompanhar com felicidade e saúde o crescimento de sua filha e netos.

Quem quiser conhecer mais e melhor o trabalho de Arthur Torres, basta acessar:
@oarturtorres @projeto.saci

**Pablo das Oliveiras**
Professor & Poeta

De lá pra cá... daqui pra onde?

Conto 6: Será que sou indígena?

Todo mundo chama meu pai de Bira, mas o nome dele é Ubiratã... E o Kevin descobriu uma coisa incrível...

– Pai, eu quero te contar uma coisa...

– Conta pro pai! O que é?...

– Promete que não vai ficar bravo comigo?...

– Ihh, quando começa assim, é por que vem coisa... desembucha.

– Sabia que seu nome: U bi ra tã... significa “árvore de madeira muito forte”?... É nome indígena da língua tupi...

– E de onde você tirou isso, Bebel?

– Na internet pai. Sabe, eu achei muita coincidência, agora, o senhor está trabalhando com as árvores, né, pai?

– Muita, muita coincidência filha... dá um abraço... e desculpa o pai quando fica de cabeça quente... e sem paciência pra conversar. Pode deixar, eu vou lembrar que Ubiratã é uma árvore muito forte! Eu também quero te contar uma história que

aconteceu há muito, muito tempo...

Meu Diário “Hoje, pai me contou um monte de coisa do tempo em que ele era criança. Coisas que eu ficava pensando e queria muito saber. E eu fiquei quieta... escutando tudo que ele contava.

– Filha, quando eu nasci, minha mãe e meu pai trabalhavam para missionários da igreja, numa aldeia indígena, no Mato Grosso do Sul.

– Essa igreja dizia que ajudava os indígenas. Além de ajudar, também levava pra dentro da aldeia as doenças do povo branco.

– Eu lembro que muita gente, dentro e fora da aldeia, morreu de malária

– Meu pai e minha mãe também morreram de malária... eu me senti sozinho e perdido, então fiquei vivendo na aldeia, com Vó Diacuí e meu amigo Porã, que tinha a mesma idade que eu.

– Vó Diacuí cuidava de nós na aldeia. Um dia, o pessoal da igreja pegou eu e Porã pra levar embora pra cidade.

– Vó Diacuí implorou pra devolver os netos dela... gritava e chorava: “aldeia é

casa de Porã... de Ubiratã...” “Diacuí é avó de curumi.” “Deixa Diacuí criar neto Porã... neto Ubiratã”... O carro foi embora levando eu e Porã... e o som do maracá da Vó Diacuí foi sumindo ao longe. “Nós estávamos muito assustados, com muito medo, quando deixaram a gente num abrigo de menores.

– Daí, eu e Porã fomos separados... o tempo que fiquei por lá, eu vi outras crianças indígenas, e nunca mais vi meu amigo Porã...

– Quando pai parou de contar, eu abracei ele e disse: “essa história é muito triste e eu vou entender se o senhor não quiser lembrar mais”. Aí ele falou: “sim, é triste, mas esquecer uma história triste não diminui a tristeza. Sabe, eu nunca mais voltei lá na aldeia... e sinto um aperto no coração, por saber que a minha história e de Porã é igual às histórias das crianças Guarani Kaiowá, que continuam acontecendo, ainda hoje”.

– Daí eu perguntei: “pai, o senhor ainda sente que a Vó Diacuí é sua avó?”

– Teve um tempo que eu não queria lembrar isso... mas Vó Diacuí sempre este-



Foto: Tatiana Zanoni na Unsplash

ve comigo... e nunca desistiu de ser minha avó... e eu ainda sinto que sou neto dela.

– Então, eu também sou! Quem sabe, eu aprendo a ouvir o som do maracá da bisa Diacuí?”



**Magnus
Alves**
Escritor

Capela São Gonçalo de Amarante, 400 anos de fé e memória

Em 4 de outubro de 2025, a Capela São Gonçalo de Amarante completou 400 anos de existência. Mais que uma construção antiga, ela é um elo vivo entre séculos de história, guardando memórias e segredos poucos contados.

Tudo começou em 1594, quando Salvador Correia de Sá, terceiro governador do Rio de Janeiro, doou toda a região ao seu filho Gonçalo Correia de Sá. Foi ele quem construiu o Engenho do Camorim, então a maior propriedade do Rio, que se estendia de Guaratiba ao Vidigal.

Em 1625, dentro dessas terras, ergueu-se a Capela São Gonçalo de Amarante, edificada com mão de obra escravizada. Quarenta e dois anos depois, em 1667, Vitória de Sá doou a área ao Mosteiro de São Bento, ficando sob os cuidados dos monges beneditinos.

Com o tempo, a Ordem Beneditina dividiu o vasto engenho, dando origem às fazendas que formaram as regiões hoje conhecidas como Camorim, Vargem Grande e Vargem Pequena, permanecendo sob posse dos monges até o século XIX.

Em 1965, a Capela foi tombada



Celebração dos 400 anos na Igreja

pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), garantindo sua preservação. Entre 1970 e 1990, chegou a ficar fechada em alguns períodos, mas a fé e a união da comunidade mantiveram

o templo vivo, com missas e cultos regulares.

As últimas restaurações ocorreram entre 1996 e 1999, preservando sua estrutura e sua importância até os dias atuais.

Curiosidades e memórias locais

Segundo Dona Santa, a moradora mais antiga do lugar, a frente e as laterais da Capela abrigava um antigo cemitério de escravizados. Certa vez, o transbordamento da represa desenterrou ossadas que ficaram expostas.

Antigamente, os moradores se reuniam na porta da pequena igreja e contavam histórias de bancos que batiam sozinhos, vultos e sons vindos do interior vazio. Também se falava de uma tocha que cruzava a mata, que alguns diziam ser a mula sem cabeça.

Essas histórias faziam parte da vida simples de um tempo sem luz elétrica, iluminado apenas por lamparinas e lampiões e a majestosa lua. A Rosi, moradora do Quilombo do Camorim, conta que essas narrativas eram muito comuns.

Hoje, dizemos que a violência expulsou as assombrações, restando a fé, a história e as lembranças de um tempo que o vento ainda insiste em contar.

Revoltas nas fileiras navais brasileiras na virada do século XIX para o século XX



**Rodrigo
Hemerly**
Historiador
& professor

O artigo da coluna Fatos e Personalidades da Nossa História do mês de outubro de 2025, do *Jornal Abaixo-Assinado de Jacarepaguá e das Vargens*, versa sobre as Revoltas nas fileiras navais brasileiras na virada do século XIX para o século XX, e tem como objetivo básico esclarecer a população carioca sobre este importante assunto.

A Força Naval Brasileira (Marinha do Brasil), na virada do século XIX para o século XX, passou por uma grave crise institucional, podendo destacar a Primeira Revolta da Armada (1891), a Segunda Revolta da Armada (1893-1894), a Revolta da Chibata (1910) e a Revolta do Batalhão Naval (1910), cabendo ressaltar que as duas primeiras revoltas foram levadas a cabo pelos oficiais por questões políticas, enquanto as duas últimas foram consumadas por praças em razão de questões institucionais.

A Primeira Revolta da Armada ocorreu porque o presidente da República, à época o marechal Manuel Deodoro da

Fonseca (1827-1892), fechou o Congresso Nacional, em virtude de questões políticas, e a Marinha do Brasil ter reagido negativamente a este fato histórico. Essa Revolta não rendeu problemas significativos, pois o marechal Manuel Deodoro da Fonseca renunciou ao cargo e, consequentemente, a revolta acabou.

A Segunda Revolta da Armada aconteceu porque o presidente da República, naquele período, o marechal Floriano Vieira Peixoto (1839-1895), interpretou de forma própria a Constituição Federal a seu favor (para continuar no cargo), e foi contida pelas forças legalistas.

A Revolta da Chibata surgiu em consequência das péssimas condições de trabalho pelas quais passava a marujada, não havendo nenhuma interferência de questões políticas. Este movimento rebelde terminou por causa da anistia concedida pelo Estado brasileiro. Entretanto, posteriormente, houve repressão por parte do governo aos revoltosos, sendo importante lembrar que a Revolta do Batalhão Naval ocorreu de forma espontânea, a partir do rescaldo da Revolta da Chibata, e que foi duramente reprimida pelas forças legalistas.

“O Veneno do Teatro” com Osmar Prado e Mauricio Machado na Firjan SESI Jacarepaguá

Curta temporada:

- Dias 25 e 26 de outubro
- Dias 01 e 02 de novembro

Teatro Firjan SESI Jacarepaguá

Av. Geremário Dantas, 940 - Freguesia (Jacarepaguá).





Yakaré Upá Guá

Val Costa - Texto e fotos

Pesquisador do IHBAJA
e professor
de História
e Geografia

Zona Oeste? Zona Sudoeste? Baixada de Jacarepaguá? E agora? Que confusão!

Em 8 de setembro desse ano, o prefeito Eduardo Paes sancionou a Lei complementar nº 286/25, que instituiu oficialmente a criação da Zona Sudoeste da cidade do Rio de Janeiro, região englobada pela Área de Planejamento 4 (AP-4). Essa decisão não agradou a todos os moradores da localidade, pois uma petição solicitando a renomeação da região foi enviada à Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara de Vereadores. O documento, proposto pela Casa de Cultura de Jacarepaguá, também solicita a realização de uma audiência pública para debater essa nomenclatura.

A atual Zona Sudoeste está inserida na Baixada de Jacarepaguá, que recebe este nome devido a um acidente geográfico responsável pela formação da região. Localizada entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca, possui como característica geomorfológica mais marcante a presença de um complexo lagunar, formado há aproximadamente 10 mil anos, testemunho da última regressão marinha.

Baixadas são planícies litorâneas,

constituídas por superfícies relativamente planas e de pequenas altitudes. Suas formações decorrem de processos de deposições e de acumulações de sedimentos, transportados pelas ações dos rios e dos mares, frutos de um fenômeno natural e de grande ocorrência no litoral brasileiro conhecido como colmatagem.

Esse fenômeno encontra-se em estágio avançado na baixada em questão. A região, originalmente, apresentava um sistema costeiro formado por praias, dunas, restingas, manguezais, lagoas e brejos. Porém, hoje, já está bastante alterado pela ocupação urbana, fato percebido pelo acelerado processo de assoreamento dos corpos hídricos e pela degradação dos ecossistemas locais.

A divisão da cidade do Rio de Janeiro em “zonas” está baseada, principalmente, em questões históricas e de ocupação, não somente na orientação geográfica. Se apenas esse último quesito fosse levado em consideração, a Baixada de Jacarepaguá estaria no Centro-Sul do município e não no Sudoeste.



Parte da Baixada de Jacarepaguá com o Maciço da Pedra Branca ao fundo

O nome de uma localidade vai muito além das suas características geográficas ou administrativas. Ele carrega uma

identidade cultural, histórica e social que o conecta com uma coletividade que mora e/ou transita por esse recorte espacial.



História da Região

Leonardo Soares dos Santos
Professor de História da UFF
e pesquisador do IHBAJA

Era muito difundida até o início dos anos 2000 a ideia de que a urbanização desenfreada que passou a varrer a agricultura de boa parte da antiga zona rural da cidade a partir dos anos 1950 foi uma dádiva. Não por acaso, o processo foi classificado por muitos pesquisadores (geógrafos, sociólogos, historiadores, economistas e por agentes ligados ao campo do planejamento urbano) como “evolução urbana”.

Ou seja, tratava-se de um fenômeno positivo que ajudou no “crescimento” da região, salvando-a do atraso, livrando-a de uma marca rural indesejável. Tanto assim que o território deixaria de ser chamado de Sertão Carioca, nome que por si só denunciava os atributos agrários do lugar, para ser conhecido como Zona Oeste, que ao contrário do anterior, indicava a ambição de ser reconhecida como parte integrante da cidade.

Outra ideia também consagrada no

Jacarepaguá explosivo

bojo desse mesmo processo de urbanização foi de que a brusca e rápida transformação da paisagem geográfica da região se deu sem resistências ou impedimentos. É como se as transformações no espaço não implicassem em impactos em termos de estrutura e relações sociais.

Toda a história dessa evolução era contada como uma simples oposição entre o moderno *versus* antigo, progresso *versus* atraso, urbano *versus* rural.

O fundamental é reconhecer que o que se passou foi muito mais do que essas oposições simplistas.

Mas é preciso ter em conta também que a chamada “evolução urbana” que engolfou o antigo Sertão Carioca não foi um processo desprovido de conflitos. E esse — a ausência de conflitos — é outro aspecto exaustivamente consagrado não apenas pelo senso comum sobre a história da região como também em estudos respeitáveis sobre o tema. E precisamos declarar: se pudermos resumir a expansão urbana da antiga zona rural em uma frase, diríamos que ela foi pavimentada por muita violência e contendas sangrentas.

Curiosamente, se esses conflitos foram apagados da memória histórica, eles berravam nas páginas dos jornais de época, principalmente nos anos 1950 e início dos anos 1960. E eles pipocavam em vários pontos do território. E tais violência pesaram na maior parte dos casos contra humildes famílias de pequenos lavradores e pescadores. Assim foi na Curicica, onde o Banco de Crédito Móvel e outros pretensos proprietários tentaram expulsar arrendatários que lá moravam desde os anos 1920; no Camorim e nas Vargens, dezenas de lavradores (muitos deles portugueses) sofreram inúmeras ameaças de bancos; na Gardênia

Azul, centenas de moradores sofreram com o descaso do antigo proprietário, e tiveram que arregaçar as mangas para conseguir a desapropriação da área; em Rio das Pedras a briga explodiria em meados dos anos 60, envolvendo moradores e uma companhia imobiliária; na Barra da Tijuca, as disputas de terras produziram mortes, a mais famosa ocorreu na antiga Fazenda da Restinga em 1953. Ou seja, as transformações que revolucionaram a região a partir dos anos 50 não foram nada triviais, como um conto de fadas que tanta gente teima em vender. Foi o contrário disso, rolou muita bala, ameaças, depredações e sangue. E segue rolando...



Imprensa Popular, 1954.